

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.870 - MG (2019/0300622-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : GILVANO RAMOS RODRIGUES (PRESO)
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por GILVANO RAMOS RODRIGUES desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – HC n. 1.0000.19.098237-1/000.

Foi o recorrente preso em flagrante pela suposta prática da conduta descrita no art. 155, § 4º, IV, do Código Penal, no dia 8/8/2019. A prisão foi convertida em preventiva na audiência de custódia (e-STJ fls. 95/97).

A defesa impetrou prévio *habeas corpus* na origem.

Entretanto, os desembargadores integrantes da Primeira Câmara Criminal denegaram a ordem.

Eis a ementa do acórdão (e-STJ fl. 117):

HABEAS CORPUS – FURTO QUALIFICADO – DECISÃO FUNDAMENTADA – PRESENTES OS REQUISITOS DOS ART. 312 E 313 DO CPP – PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – NÃO VIOLADO – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO – ORDEM DENEGADA.

1- Atendidos os requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, bem como presentes os pressupostos e ao menos um dos requisitos do art. 312 do CPP (garantia da ordem pública), deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes.

2- Princípio da presunção de inocência não violado, vez que o paciente fora condenado por homicídio e está envolvido em diversos outros crimes graves.

3- Ordem denegada.

No Superior Tribunal de Justiça, a defesa aponta a ilegalidade, pois os fundamentos para decretar e manter a prisão preventiva do paciente são abstratos e

Superior Tribunal de Justiça

inidôneos.

Alega violação ao princípio do contraditório e ao princípio da inocência.

Sustenta a "possibilidade de fixação de regime diverso e de substituição da pena por medidas restritivas de direitos é notória e reforça a desproporcionalidade em se manter presa, uma pessoa que, provavelmente, ao final da instrução processual será mantida em regime menos gravoso" (e-STJ fl. 132).

Aduz que a periculosidade do agente deve ser atestada por perícia adequada.

Diante disso, requer (e-STJ fls. 138/139):

- a) liminarmente, a concessão da ordem, para suspender a ação penal em curso no processo autos nº 0145.18.032.812-5, que tramita perante a vara de inquéritos da comarca de Juiz de Fora/MG; até o final julgamento do mérito da impetração;
- b) meritoriamente, a concessão da ordem, para declarar a atipicidade material da conduta e absolver o recorrente, com o reconhecimento da ausência de justa causa para a persecução penal pela aplicação do princípio da insignificância; por conseguinte, determinar o trancamento da ação de autos nº 0145.18.032.812-5, que tramita perante a vara de inquéritos da comarca de Juiz de Fora/MG;

É, em síntese, o relatório.

No caso, o exame do alegado constrangimento confunde-se com a análise do próprio mérito da irresignação, a ser realizada oportunamente pelo órgão colegiado, sendo certo que, ao menos em juízo de cognição sumária e perfunctória, não diviso ilegalidade flagrante a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque não se pode afirmar, nesta etapa inicial, que o encarceramento antecipado seja completamente despido de justificativas, porquanto mencionados fatos concretos pelas instâncias ordinárias que podem indicar a necessidade da custódia para a garantia da ordem pública, destacando a decisão que converteu a prisão em preventiva, em especial, que, no caso, "a despeito de se tratar de um delito de furto, crime que não se reveste de violência ou grave ameaça contra pessoa, tem-se que o Autuado é tecnicamente primário, mas possui condenação ainda não transitada em

Superior Tribunal de Justiça

julgado pelo delito previsto no art. 157 do CP, sendo que no dia 08 de agosto do corrente ano voltou a ser preso em flagrante pelo delito de furto, tendo sido beneficiado com alvará de soltura recentemente, em duas oportunidades, estando em regime domiciliar, demonstrando assim a inaptidão para responder o processo em liberdade" (e-STJ fl. 95).

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – em especial o envio de cópia de eventuais decisões sobre pedidos de revogação/relaxamento da prisão preventiva – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator